tradução Raul de Sá Barbosa; revisão da tradução Monica Stahel - 4ª ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007

MAGNO, Luciano. História da caricatura Brasileira: Os precursores e a consolidação da caricatura no BrasilSão Paulo: Editora MAUAD, 2012

MALTA M. Henfil:uma educação por linhas tortas, RevistaEletrônica Ensaios – n.1, v.1, ano 1, 2º semestre de 2008. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/novo/index.php/ensaios/article/view/65/140> Acesso 10 Out 2016

OSTROWER, F Criatividade e processos de criação - Petrópolis: Editora Vozes, 1991

RIBEIRO, R. de C. S, CORDEIRO, R. I. de N. A Caricatura na Perspectiva da Representação Documentária, Bahia, Outubro de 2007 Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2803/1931> Acesso em: 31 Mai.2016.

ROMERO, M. Charge: História e Conceito, Juiz de Fora: CESRevista, 2014

SALLES, C. A. Gesto Inacabado: processo de criação artística/ 2ª edição. Cecília Almeida Salles - São Paulo: FAPESP: Annablume, 2004

SIMÕES, A. C. 170 ANOS DE CARICATURA NO BRASIL: PERSONAGENS, TEMAS E FATOS, São Carlos,Revista Linguasagem – 15° Edição, 2010

TEIXEIRA, C. S. Nas entrelinhas das charges: Impressões das experiências imaginárias na obra de Henfil (1964-1985), Brasília, Janeiro de 2016 Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20176/1/2016_CristhianoSantosTeixeira.pdf> Acesso em: 10 Out 2016

XAVIER, C. Aids é coisa séria! - humor e saúde: análise dos cartuns inscritos na I Bienal Internacional de Humor, 1997,Revista Brasileira História, Ciências, Saúde Vol. VIII(1), 2001

LISTA DE SITES

GEDER. História da Caricatura no Brasil. São Paulo , 2012 . Disponívelem: <http://jardimsaopaulo.com.br/site/aulas_smart/01_303_1c02_texto_a_historia_da_caricatura_no_brasil .pdf>. Acesso em: 19.Mai.2016.

Tema: Como surgiu a caricatura. Disponível em: <http://adoropapel.com.br/2014/04/como-surgiu-a-caricatura/>. Acesso em 15 Mai 2016

Tema: Jornal com caricatura. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/a-vida-fluminense-folha- joco-seria-illustrada/>. Acesso em: 15 Mai 2016

Tema: Origem da primeira caricatura. Disponível em: <http://virusdaarte.net/o-marimbondo/>. Acesso em 15 Mai 2016

Tema: Origem do cartoon. Disponível em: < http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/infantis/brincarebom/charges-maonamassa.htm>. Acesso em 01 Set 2016

Tema: Gêneros textuais. Disponível em https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua- portuguesa/cartum

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ANDREZA COSTA DA SILVA

RESUMO

No decorrer da história da educação do Brasil foram desenvolvidas diversas ações políticas para se chegar no que chamamos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atualmente. A EJA teve maior atenção a partir dos anos de 1940 e sofreu influência de ações do período colonial e republicano. Nos anos 1960, antes do período militar, a proposta formativa de Paulo Freire revolucionou o pensamento no campo da educação, a partir de experiências dos Círculos de Cultura com grupos populares. No regime militar, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização

(Mobral) com o objetivo de substituir a alfabetização utilizada pelos movimentos sociais antes do golpe. Por fim com o processo de redemocratização e publicação da Constituição Federal de 1988, é concedido o direito de estudo a qualquer pessoa inclusive às que não frequentaram a escola na idade obrigatória.
PALAVRAS-CHAVE: Eja; Cultura; Alfabetização; Educação; Políticas.

ABSTRACT

Throughout the history of education in Brazil, several political actions have been developed to arrive at what we call Youth and Adult Education (EJA) today. EJA had more attention since the 1940s and was influenced by actions from the colonial and republican periods. In the 1960s, before the military period, Paulo Freire's formative proposal revolutionized thinking in the field of education, based on experiences of Culture Circles with popular groups. In the military regime, the Brazilian Literacy Movement (Mobral) was created with the aim of replacing the literacy used by social movements before the coup. Finally, with the process of redemocratization and publication of the Federal Constitution of 1988, the right to study is granted to anyone, including those who did not attend school at the mandatory age.
KEYWORDS: Eja; Culture; Literacy; Education; Politics.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo abordada a partir de diferentes conceitos e concepções. Esse conceito recebeu críticas, especialmente por desconsiderar contextos sociais, políticos, culturais, económicos e históricos que influem no campo pedagógico.
Paulo Freire, por outro lado, demonstra a politicidade da educação e apresenta uma proposta para alfabetizar conscientizando. Apresentamos os fundamentos do processo de alfabetização de Freire, iniciado nos anos de 1960, com a criação dos Círculos de Cultura. Apesar do tempo que se passou, as formulações teóricas de Freire continuam relevantes na atualidade, especialmente no momento atual em que precisamos sublinhar e assumir a "educação como prática da liberdade".

Início da EJA no Brasil – Período Colonial

A educação brasileira no início colonial era voltada especificamente para crianças, porém, mesmo assim alguns índios adultos receberam essa educação (Strelhow, 2010). A Companhia Missionária de Jesus tendo à frente o padre Manoel da Nóbrega, tinha a função de catequizar os índios e alfabetizar os indígenas locais e para isso fundou colégios e escolas de instrução elementar. Nestas escolas, os jesuítas aplicavam dois modelos de ensino, um voltado para indígenas com escrita e leitura e um ensino mais profundo e culto voltado aos filhos dos colonos (SAVIANI, 2013).
Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o ensino passa ser acessível apenas para filhos de colonos, de etnia branca e do sexo masculino, excluindo as comunidades indígenas e negras (Aguiar, 2001).
Com a chegada da família real em 1807, houve investimentos no ensino técnico e um avanço no ensino superior, porém a educação básica é esquecida e praticamente não tem avanços.

Após a independência em 1822, foi criada a constituição imperial que em teoria garantia o direito à educação primária para todos os cidadãos, porém não se cumpriu como esperado (SAVIANI, 2013).
Após longa discussão sobre a inclusão na educação das camadas inferiores (homens e mulheres, pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos), em 1834, o Ato Constitucional colocou sob cuidado das províncias a educação primária e secundária, e a alfabetização de jovens e adultos é considerado um ato de caridade (Stephanou & Bastos, 2005).
Mesmo com a educação sob responsabilidade das províncias os números eram alarmantes, em 1844, a rede de ensino básico atendia pouco mais de 2400 alunos e no Brasil a população infantil era mais de 250 mil crianças.
Em 1881, a Lei Saraiva restringe o voto às pessoas alfabetizadas, restringindo ainda mais o direito de cidadania para o indivíduo analfabeto.

A EJA no Brasil – Período República

No começo do século XX houve um intenso debate sobre o analfabetismo e o mesmo passa ser visto como um mal e um atraso para o Brasil e deve ser exterminado, surge a ideia de transformar o indivíduo analfabeto em um indivíduo produtivo e que tenha condições de contribuir com o crescimento do país (Stephanou & Bastos, 2005).
Em 1920, o Brasil alcança a incrível marca de 72% de analfabetismo (Manfred, 1981). No governo de

Getúlio Vargas em 1934 foi criado o Plano Nacional de Educação, oferecendo ensino primário e obrigatório para pessoas adultas.
Em 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e em 1942 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de ampliar e incluir o ensino supletivo para adolescentes e adultos (Strelhow, 2010).
Após o fim da primeira guerra mundial em 1945, a UNESCO fez uma grande campanha e pressão nos países de alta taxa de analfabetismo e em 1947 surgiu o movimento chamado de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, que tinha a finalidade de reorientar e coordenar, no geral, os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos (Aguiar, 2001).

Em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, surge o nome de Paulo Freire, que já chamava a atenção dizendo que o desenvolvimento educativo deve acontecer contextualizado às necessidades essenciais das pessoas por meio de uma educação "com" elas e não "para" elas (Medeiros, 1999)
Para Freire, o analfabeto não deveria ser visto como um problema, mas vítima da desigualdade que persiste em nosso País, tornando precária sua condição social, cultural e econômica. As péssimas condições em que viviam os grupos populares analfabetos deveriam ser problematizadas (Stephanou & Bastos, 2005). (FREIRE, 2005)
No final dos anos 1950 e início de 1960, houve uma grande mobilização social em torno do analfabetismo da alfabetização. Surgiram diversos movimentos sociais neste período, tais como: "Movimento de Educação de Base" (1961- CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Esses programas tiveram a influência de Paulo Freire, considerando o analfabetismo como efeito de uma sociedade injusta e desigual (Strelhow, 2010).
A filosofia educacional construída por Paulo Freire, propunha que o alfabetizando compreendesse as contradições sociais e as relações de opressão em nossa sociedade de classes. Tais ideias foram consideradas subversivas pelos militares e Paulo Freire foi preso, depois exilado, retornando ao país em 1980.
No exílio coordenou programas de educação, lecionou na Universidade de Harvard e foi consultor em diversos países, tendo publicado cerca de 40 livros. Sua obra é reconhecida internacionalmente e Freire é um dos autores mais citados em trabalhos acadêmicos.
A EJA no Brasil - Método Paulo Freire
No final dos anos 1960, Paulo Freire criou os Círculos de Cultura para alfabetização de adultos.
O conceito de Círculo é justamente promover o diálogo horizontal entre os participantes, sem deixar de renunciar a um coordenador, com o papel de organizar, problematizar, promover o diálogo e a sistematização dos conhecimentos. A aprendizagem, no entanto, está imbricada com a construção da consciência crítica sobre a situação vivida pelos educandos na relação com a sociedade mais ampla.

Desta forma, "alfabetização e a conscientização jamais se separam" (FREIRE, 2014, p. 11).
Antes mesmo de iniciar os encontros nos Círculos de Cultura, Freire e sua equipe iam à campo para levantar o universo vocabular da população interessada na alfabetização, investigando também suas condições de vida, sua cultura, suas crenças e valores. Como relata Campos, (2015, p. 57) "os saberes populares eram relevantes bem como suas palavras carregadas de experiências vividas, para que fossem valorizadas e consideradas como ponto de partida para a construção de outros saberes". Trata-se, como ressalta a autora, de uma educação que, "do ponto de vista social, filosófico e político-pedagógico, representa um grande avanço" (p.
58) para o processo de construção da autonomia crítica dos educandos.
Nos Círculos de Cultura, as palavras que faziam parte do universo dos educandos eram discutidas, abordando seus sentidos e significados.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após as durezas de um dia de trabalho ou de um dia sem trabalho, lições que falam de ASA – "Pedro viu a Asa" – "A asa é da ave". (FREIRE, 2014, p. 136-137)

Recusando o ensino cartilhesco, Freire alfabetizava dialogando com os educandos sobre a realidade, sobre os sentidos e significados das palavras e dos

temas geradores, levando à conscientização de seu papel na construção de uma sociedade democrática. Tais propósitos, no entanto, desagradam àqueles que pretendem manter os mandonismos e autoritarismo, preservando o caráter antidemocrático das relações sociais. O golpe militar retomou o ensino cartilhesco, memorístico e alienante.

A EJA no Brasil – Período Militar

Em 1964 ocorre o golpe militar e neste período a educação sofreu mudanças, fortalecendo uma abordagem tecnicista. A Lei n° 5.379 de 15 de dezembro de 1967, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com uma abordagem oposta ao trabalho de Freire.
O Mobral tem como característica uma alfabetização funcional, voltada somente para ensinar a ler e escrever, sem nenhuma contextualização (Aguiar, 2001). Além do mais, o Mobral recrutava educadores sem a devida especialização e sem muita exigência, o que reforça a ideia de que o alfabetismo é apenas para compreensão de signos e não do contexto em questão.
Diferente de Paulo Freire, a metodologia do Mobral dispunha de um material uniformizado e utilizado em todo território nacional, desconsiderando as linguagens, cultura e necessidades de cada povo e de cada região - uma das principais características da metodologia defendida por Paulo Freire. Para o Governo militar bastava que o indivíduo tivesse o diploma do Mobral e ter sua carteira de INPS para ter um futuro garantido (Rybczynski, 2014), porém, devido à este pensamento e metodologia adotada, muitos alunos do Mobral não aprenderam a ler e a escrever (Strelhow, 2010).
O Mobral foi extinto em 25 de novembro de 1985 pelo presidente José Sarney, sendo um dos maiores fracassos na educação Brasileira. Dos 40 milhões de alunos que teve, diplomou apenas 15 milhões e reduziu o índice de analfabetismo em apenas 2,7% durante quinze anos (Rybczynski, 2014).

A EJA no Brasil – Período da Nova República

Com o fim do Mobral em 1985 e o final da ditadura militar, foi publicada em 1988 uma nova Constituição Federal, onde prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
De acordo com a LDB, é determinado que o "Plano Nacional de Educação seja elaborado para a Educação de Jovens e Adultos" (Antunes, 2006) em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. Com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares.

A educação de jovens e adultos deve ser adequada para as realidades dos educandos, a fim de se obter efetividade no aprendizado e um melhor rendimento e interesse do aluno. É um dever público oferecer esse tipo de educação de forma gratuita.
A função de educação de jovens e adultos passa a ser responsabilidade dos municípios. No início dos anos de 1990 foi criado o Movimento de Alfabetização (Mova), que tem como objetivo trabalhar a alfabetização de forma adaptada às necessidades e condições dos alunos jovens e adultos (Strelhow, 2010).
A ação pedagógica se desenvolve com base na Leitura do Mundo do(a) educando(a), que busca mapear as situações significativas do contexto em que estão inseridos. Desse processo, surgem os Temas Geradores que orientam a escolha dos conteúdos. (Projeto MOVA-Brasil, s.d.). 2003/2013.

Em 1996, surge o Programa Alfabetização Solidária (PAS) promovido pelo governo federal. O programa recebeu diversas críticas, dentre elas a falta de preparo dos seus docentes, remontando à problemática desde os anos 1940.
Em 1998, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento.
Em 2003 foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado do governo federal, que tinha como meta alfabetizar todos os adultos em 4 anos, atendendo mais de 20 milhões de pessoas. O programa foi reformulado em 2004 com a retirada da meta de 4 anos e a duração dos projetos foram ampliadas de 4 meses para 8 meses (Stephanou & Bastos, 2005).
Apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande. Segundo dados do IBGE, havia, em 2018 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais (EBC, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história da educação do Brasil foram desenvolvidas diversas ações políticas para se chegar no que chamamos de Educação de Jovens e

Adultos (EJA) atualmente.
A EJA teve maior atenção a partir dos anos de 1940 e sofreu influência de ações do período colonial e republicano. Nos anos 1960, antes do período militar, a proposta formativa de Paulo Freire revolucionou o pensamento no campo da educação, a partir de experiências dos Círculos de Cultura com grupos populares
No que se refere à escola, é necessário pensar que todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação é para todos.
Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os alunos serão mais bem preparados para atuarem em uma sociedade. É fundamental destacar que, na EJA, os alunos, apesar das características e culturas, procuram desenvolver na prática diária o que tem aprendido, e vão além ao ensinar para as gerações futuras, vislumbrando a necessidade de um bom exemplo e melhor qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

A PÁGINA DA EDUCAÇÃO. UNESCO lança Década da Alfabetização no Brasil. A Página da Educação, 2003. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=124&doc=9489&mid=2>. Acesso em: 16 fevereiro 2020.

AGUIAR, R. H. A. Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação. UNICAMP. Campinas. 2001.

BARROS, Rosanna. Revisitando Knowles e Freire: andragogia versus pedagogia, ou o diálogo como essência da mediação sociopedagógica. Educ. Pesqui., São Paulo,
v. 44, e173244, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep- 44-e173244.pdf. Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionaisTransitórias. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do analfabetismo no Brasil. s/d. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+-no+Bra sil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e-1b?version=1.3 Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. PARECER CNE/CEB 11/2000, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf>. Acesso em: 05 fevereiro 2020.

CAMPOS, Elisabete F. Esteves. A coordenação pedagógica em questão: diálogos nos Círculos de Debates. Jundiaí/SP: Paco editorial, 2015.

EBC - Empresa Brasileira de Comunicação. Agência Brasil, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no- brasil-e-no-mundo-do-seculo-21 Acesso em 03 abr. 2020.

FERREIRA, A. R. Educação pós-ditadura: qualidade para todos. Nova Escola, 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3432/educacao-pos- ditadura-qualidade-para-todos>. Acesso em: 03 fevereiro 2020.

FREIRE, Paulo A Educação na Cidade. São Paulo : Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. Educação Como Prática da Liberdade. 34. ed. [S.l.]: Paz e Terra, 2011.
G1. IBGE indica que analfabetismo cai menos entre maiores de 15 anos. G1, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que- analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html>. Acesso em: 21 janeiro 2020.

IBGE. taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais. Brasil em síntese. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo- das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Brasília: [s.n.], v. 1, 2002.